

EDUCAR PARA A AUTONOMIA DE VIDA: UMA INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS/JOVENS INSTITUCIONALIZADOS

Maria da Conceição Pinto Antunes¹, Liliana Filipa Lopes Correia²

¹*Instituto de Educação da Universidade do Minho (PORTUGAL), mantunes@ie.uminho.pt*

²*Instituto de Educação da Universidade do Minho (PORTUGAL),
lili_bispeira24@hotmail.com*

Resumo

Propósito: este projeto resultou de um trabalho de investigação/intervenção com jovens em situação residencial de acolhimento institucional, com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos, cuja finalidade se centrou na promoção da autonomia em contexto institucional através da aquisição de competências pessoais, sociais e funcionais visando um desenvolvimento integral.

Métodos: a nossa intervenção desenvolveu-se no âmbito do paradigma interpretativo/ hermenêutico recorrendo à metodologia de investigação-ação participativa e técnicas de animação sociocultural, enquanto metodologia de intervenção educativa que promove a implicação e participação ativa dos participantes através de métodos e técnicas ativas. Utilizaram-se técnicas de recolha de dados predominantemente qualitativas, embora os dados quantitativos não tenham sido descurados. O projeto desenvolveu-se com base na implementação de quatro Ateliers (Gestão Doméstica; Cinema; Jogos Lúdico-Pedagógicos e Acompanhamento) com o objetivo de desenvolver competências ao nível da aprendizagem e estudo, da autonomia funcional, pessoal e relacional.

Resultados: a intervenção teve resultados positivos dado que na avaliação final do projeto, quer os participantes, quer os técnicos apontaram uma melhoria significativa nos comportamentos e atitudes dos jovens; melhor relacionamento entre pares e com os profissionais; maior sentido de responsabilidade e melhor preparação para uma vida autónoma.

Conclusões: este projeto evidenciou a importância da animação sociocultural como intervenção socioeducativa promotora da consciencialização dos problemas e da capacitação para os resolver, fazendo dos participantes os agentes ativos ou protagonistas da trans(formação) das suas condições de vida.

Palavras-chave: jovens institucionalizados, intervenção socioeducativa, autonomia.

Abstract

Purpose: this project resulted from a research / intervention work developed with young people in situation of institutional care, aged between 13 and 17 years. It aimed to promote autonomy in institutional context through the acquisition of personal, social and functional skills aiming at a integral development.

Methods: using the interpretive-hermeneutic paradigm, it was developed a participatory action-research approach using the sociocultural animation techniques, methodologies that usually foster motivation and participation on the target population. Based on the interests, needs and potential of the participants four workshops were developed: (Household management; Cinema; Ludic and educational games and Accompaniment) with the aim of developing skills in the learning and study, functional, personal and relational autonomy.

Results: the intervention had positive results as the final evaluation revealed; either the participants or the technicians pointed a significant improvement in behavior and attitudes of young people; better relationship between peers and professionals; greater sense of responsibility and better preparation for independent living.

Conclusions: this project highlighted the importance of social and cultural activities as socioeducative intervention promoter awareness of the problems and empowerment to address them by making participants active agents or protagonists of the transformation of their living conditions.

Keywords: institutionalized young people, socioeducative intervention, autonomy.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o conceito de infância tem vindo a sofrer transformações constantes, resultado de diferentes concepções políticas, sociais, culturais e científicas, sendo sucessivamente ajustado a cada época e a cada contexto social. Como refere Sarmento & Pinto (1997), “ser criança varia entre sociedades, culturas e comunidades, pode variar no interior da fratria de uma mesma família e pode variar de acordo com a estratificação social. Do mesmo modo, varia com a duração histórica e com a definição institucional da infância dominante em cada época” (p.17).

A infância não ocorre do mesmo modo para todas as crianças. Assim, é possível assistir a uma diversidade de experiências/relatos, de ordem positiva e/ou negativa. Como Almeida (2009) sugere, “as crianças surgiram como consequência do foco dos adultos. Não eram, em todo o caso, protagonistas activas de construção da vida familiar, nem tão-pouco houvera preocupação em lhes dar voz” (p.11), neste sentido dado que as crianças não podem registar, nem participar na construção da sua história, a infância deve ser entendida como uma construção social dos adultos.

A par do que sucede com o conceito de infância, a juventude é uma construção social visível, variável em função das distintas culturas e núcleo de cada cultura. Sendo uma fase de transição entre o fim da infância e o início da idade adulta, caracteriza-se por transformações significativas a nível físico e biopsicossocial. De acordo com Silva (2008), a juventude pode ser definida como “o tempo de se tornar alguma coisa” (p. 44).

Parece-nos relevante abordar, também, o conceito de jovem em risco que, segundo Paulo Delgado (2006) se refere a uma criança que, por qualquer razão, (família, terceiros, ou o seu próprio comportamento) tem o seu desenvolvimento físico, psíquico, emocional ou educativo ameaçado.

A noção de “risco” e a definição de “crianças em risco” é extremamente complexa, dado tratar-se de um fenómeno que deve ser considerado segundo múltiplas perspetivas (médica, psicológica, educativa, social, e jurídica), no entanto esta complexidade aumenta na medida em que muitas vezes ouvimos, também, falar de crianças em perigo. Face à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 01-09, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22-08), torna-se fundamental saber como articular as noções de “risco” e “perigo”, no sentido de uma intervenção real, objetiva e respeitadora desta dupla concepção do que é ou não é “risco” e/ou “perigo”. O indivíduo em risco é aquele que ainda não atingiu ou desenvolveu uma condição indesejada, mas apresenta mais probabilidade de atingir, de futuro, quando comparado com o grupo a que pertence. Já o “perigo” será a eminência de concretização de uma ameaça, que coloca o indivíduo em situação limite de toda a sua integridade humana (Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco, 2015).

Perigo e risco são conceitos distintos. O conceito de criança em risco refere-se a todas aquelas crianças que “devido à presença de alterações biológicas menos acentuadas, sociais e psicológicas, podem vir a actualizar ou a agravar situações que comprometem o seu desenvolvimento” (Bairrão, 1994, p. 41).

Podemos considerar “criança em risco” a criança que, pelas suas características biológicas e/ou pelas características da sua família, está sujeita a elevadas probabilidades de vir a sofrer de omissões e privações, que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afetiva. A criança em “risco” é aquela que ainda não está em perigo mas apresenta grandes probabilidades de, no futuro, se encontrar nessa situação, por outro lado, a criança em “perigo” será uma criança em situação de eminência de concretização de algo que possa comprometer a integridade da sua identidade (Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco, 2015).

Quando a criança está em situação de perigo ou risco, tem que ser retirada dessa situação e entregue a uma instituição que lhe preste apoio e proteção. Crianças e adolescentes, vítimas dos vários tipos de maus-tratos, são institucionalizados todos os dias, nas várias instituições que acolhem este tipo de população, enquanto uma das soluções legais e psicossociais de maior impacto como “medida de proteção de menores”. Porém, este processo nem sempre é pacífico e fácil para o menor, visto que é uma mudança radical, ou seja, uma nova realidade psicossocial, com novas pessoas e novas regras. Logo, a entidade responsável pelo pedido de acolhimento deve garantir que a instituição seja a mais adequada ao perfil da criança, assim como em conjunto com a família, delinear o melhor projeto de vida para a criança/ jovem.

O acolhimento em instituições é uma medida prevista na lei que visa a promoção e proteção das crianças e jovens de forma a assegurar o seu desenvolvimento integral, protegendo-as do perigo iminente junto da sua família de origem. Quando as crianças e jovens são institucionalizados, a responsabilidade e papéis sofrem mudanças, uma vez que as crianças e jovens são socializados em ambiente institucional, em vez de serem socializados em meio familiar, deste modo, a instituição assume as responsabilidades que cabem a um agente de socialização tradicional. O acolhimento institucional quando é de curta duração (geralmente não superior a seis meses) tem lugar em “Casa de acolhimento temporário”, podendo tornar-se de longa duração quando não há a possibilidade imediata de retorno à família. Quando o acolhimento é prolongado tem lugar em “Lar de infância e juventude” e, nestas circunstâncias, o acolhimento é superior a seis meses. A instituição de acolhimento de menores tem como objetivos prevenir, intervir, remediar e contribuir para a melhoria da vida da criança e da sua família.

2 METODOLOGIA

O trabalho intitulado: “Educar para a autonomia de vida: uma intervenção com crianças/jovens institucionalizados” foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação, área de especialização em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária, ao abrigo de uma parceria entre o IE-UMinho e uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Educação (IPSSE), procurando proporcionar condições e competências de autonomia e apoiar a transição para a vida adulta. Tendo em consideração a população estudada, o projeto teve como principal finalidade a promoção de autonomia em contexto institucional, proporcionando às crianças e jovens institucionalizados as condições necessárias para o seu desenvolvimento integral.

2.1 Participantes

O projeto integrou um grupo de crianças e jovens do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos. Tratava-se de um grupo heterogéneo, no que concerne a idades, interesses e capacidades. Os motivos de institucionalização prendiam-se essencialmente com carências económicas, negligência, maus-tratos e falta de competências parentais assim como a exposição a ambientes e comportamentos de risco (alcoolismo e toxicod dependência). Antes da institucionalização cinco jovens viviam com a mãe, a madrinha/amiga; um vivia com a família (pais e irmãos) e seis jovens tinham sido apoiados por outras instituições. Relativamente às habilitações literárias, 3 jovens frequentavam o 5º ano de escolaridade, 4 frequentavam o 6º ano; 2 o 7º ano e 3 o 8º ano. No que concerne a problemas de saúde e particularidades a ter em conta na caracterização deste grupo devemos salientar que todos eram portadores de défice de atenção e hiperatividade e um sofria de impulsividade, caracterizada sobretudo pela dificuldade de adaptação social situando-se o nível intelectual, nos testes de inteligência, abaixo do nível médio.

2.2 Método e Instrumentos

O paradigma de investigação assume relevância significativa dado que influencia e conduz o desenvolvimento da investigação, assim como a interpretação dos dados recolhidos, neste sentido deve ser adequado ao tipo de investigação que se pretende realizar. Neste enquadramento, a nossa investigação/intervenção orientou-se pelo paradigma interpretativo-hermenêutico cujos pressupostos assentam numa forte relação entre o investigador e a realidade a ser estudada, focalizando-se no estudo dos significados das ações humanas e da vida social, procurando interpretar e compreender as suas crenças, intenções, motivações, expectativas, etc. (Arnal et al, 1992).

Orientando, assim, para uma investigação qualitativa, este paradigma possibilita uma abordagem interpretativa do objeto de estudo e proporciona a obtenção de dados descritivos, obtidos no contacto direto do investigador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e preocupando-se em retratar a perspetiva dos participantes (Bodgan e Biklen, 1994), ou seja, compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados.

No que concerne ao método, optamos pela investigação-ação participativa (IAP), que segundo Ander-Egg (1990) e Trilla (1998) se caracteriza por implicar simultaneamente a investigação e a ação pressupondo a participação dos agentes sociais. A sua principal finalidade é a transformação da realidade com vista à melhoria das condições de vida da população implicada mediante uma relação próxima entre a investigação e a prática; a superação da usual hierarquização da relação entre investigadores e a população envolvida e um trabalho em equipa. A investigação está estreitamente

relacionada com a prática e ambas são desenvolvidas com a participação de todos os que estão implicados.

Quanto às técnicas de investigação recorremos à observação direta e participante, análise documental, pesquisa bibliográfica, conversas informais, inquérito por questionário e entrevista. Para proceder à implementação das atividades recorremos às metodologias ativas e participativas da animação sociocultural, na denominação de Ander-Egg (2000) utilizamos técnicas grupais, técnicas de informação/comunicação e técnicas para a realização de atividades lúdicas. Os dados dos inquéritos por questionário foram tratados segundo uma estatística descritiva simples. A análise das entrevistas procurou de uma forma singela seguir as orientações de análise de conteúdo de Bardin (2014).

2.3 Procedimentos

Um projeto de investigação/intervenção envolve várias fases e diferentes procedimentos. O nosso projeto contou com três fases: avaliação de diagnóstico, implementação e avaliação.

Parafraseando Guerra (2006), a fase de diagnóstico é a identificação não só das vulnerabilidades mas, também, das potencialidades e recursos do meio de intervenção. Um “bom” diagnóstico garante a adequação das respostas às necessidades locais, sendo fundamental para garantir a eficácia do projeto. Assim, no sentido da realização de um diagnóstico bem elaborado, que permitisse obter a informação necessária para a elaboração de estratégias de intervenção adequadas, quer ao contexto, quer ao grupo a que se destinava, a fase da avaliação de diagnóstico contou com reuniões com a Direção da instituição e o acompanhante de estágio, conversas informais com o grupo objeto da intervenção, com os técnicos e auxiliares, análise documental (regulamento interno, manual de acolhimento e o modelo socioeducativo), observação direta e participante e inquérito por questionário. Nesta fase começamos, também, a fazer pesquisa bibliográfica e revisão de literatura relativa à nossa área de intervenção.

Os dados recolhidos na avaliação de diagnóstico permitiram compreender estarmos em presença de um grupo de crianças/jovens afastadas da família há demasiado tempo, cujo período de institucionalização oscila entre um e dez anos, sendo a média de cinco anos, com pouco sucesso e em risco de abandono escolar, dado o histórico de reprovações. No que concerne aos dados recolhidos por inquérito por questionário realizado no sentido de melhor conhecer as crianças/jovens, constatamos que a quase totalidade dos jovens considera haver um “bom relacionamento entre os colegas” e “uma boa relação com todos os técnicos e funcionários”, considerando o LIJ “como a sua própria casa”. Os dados revelaram, também, que a maioria dos jovens (7) “não tem visitas durante a semana”, no entanto vão quase todos os fins de semana visitar a família, salvo se estiverem de castigo ou estiverem proibidos de o fazer por decisão do tribunal, contudo, todos mantêm com a família contacto telefónico uma ou mais vezes por semana.

A nossa intervenção passou pela dinamização de quatro ateliers:

2.3.1 *Atelier de Gestão Doméstica*

O Atelier de Gestão Doméstica foi uma experiência enriquecedora e original para os participantes, dado que nele trabalhamos com vista à autonomia de vida, procurando que as crianças/jovens desenvolvessem competências a nível de higiene pessoal e da habitação, segurança, gestão financeira, gestão do tempo, compras, culinária, etc.

2.3.2 *Atelier de Cinema*

O Atelier de Cinema revelou-se um contributo muito positivo para o desenvolvimento integral dos participantes, visto termos trabalhado no sentido de entender o cinema, não apenas como forma de lazer e entretenimento mas, fundamentalmente, como uma forma de intervenção ou instrumento favorecedor de educação e cultura. Importa realçar que a última parte de todas as atividades desenvolvidas neste atelier era destinada a uma discussão livre, dinamizada pelos jovens, proporcionadora de aprendizagens e de desenvolvimento de competências de compreensão, comunicação, interação pessoal, ou seja, de educação/aprendizagem sobre temáticas diversas. Estes momentos de discussão serviram, também, de mote para os participantes se relacionarem uns com os outros de forma a partilharem sentimentos, emoções, experiências e vivências, criando maiores e melhores laços e vínculos afetivos e de pertença.

2.3.3 *Atelier de Atividades Lúdico-pedagógicas*

O Atelier de Atividades Lúdico-pedagógicas destinou-se à dinamização de atividades (desenho, pintura, ilustração, modelagem, construção de puzzles) e jogos didáticos com vista ao desenvolvimento das capacidades intelectivas e das competências de relação interpessoal, de uma forma lúdica e prazerosa.

2.3.4 *Atelier de Acompanhamento aos Jovens*

Este Atelier incluiu uma série de atividades relacionadas com a vida quotidiana das crianças/jovens, desde a sala de apoio ao estudo que decorria todos os dias da semana, onde para além do apoio e acompanhamento ao estudo, havia espaço para dialogar sobre eventuais situações/problemas ocorridos durante o dia; reuniões com os diretores de turma para recolher informações sobre o aproveitamento e comportamento dos jovens; inscrição de jovens nas escolas e em cursos profissionais; marcação de consultas médicas e reuniões nas escolas; acompanhamento dos jovens a consultas médicas, de psicologia e terapias; procedimentos para a obtenção dos passes de transportes de metro; procedimentos para a autorização de saída dos jovens; hora do conto que decorria todos os dias antes do adormecer e elaboração de planos socioeducativos e de intervenção e de relatórios pedagógicos.

A avaliação foi uma fase transversal ao projeto, iniciamos com a avaliação de diagnóstico, ou seja, a avaliação das necessidades que permitiu recolher toda a informação e ter conhecimento do contexto, para melhor orientar a intervenção, procedemos a uma avaliação contínua no sentido de avaliar as perceções dos jovens e o resultado da intervenção em curso, o que nos permitiu ir adequando e reorientado a intervenção e a avaliação final no sentido de avaliar os resultados na nossa intervenção (Guerra, 2002). Para a realização da avaliação final recorreremos à entrevista semiestruturada aos jovens e a dois profissionais que acompanharam a intervenção.

3 RESULTADOS

Para a realização da avaliação final recorreremos à entrevista semiestruturada aos jovens e a dois profissionais que acompanharam a intervenção.

Quanto aos resultados da entrevista realizada aos jovens, no que concerne à 1ª questão “Indica as alterações mais significativas resultantes da participação no projeto” surgiram as seguintes categorias: “melhoria de comportamentos e atitudes”; “melhoria no relacionamento interpessoal”. Como podemos confirmar com os testemunhos que se seguem as grandes transformações ocorreram ao nível comportamental “*O mais significativo foram as mudanças nos comportamentos e atitudes.*” (E1) “*Fiquei mais calmo ... não mentimos tanto ... falamos mais abertamente*” (E3); “*Se acontecer algum problema ou assim, posso desabafar (...) problemas em casa, problemas escolares*” (E4); “*A relação entre jovens e jovens e técnicos, é uma relação mais próxima*” (E4); “*Sim, agora estamos mais unidos do que estávamos antes. Desde que estamos neste projeto foi melhor para nós, estamos juntos e ajudamo-nos uns aos outros*” (E5), “*Aprendemos a conviver mais uns com os outros, estamos mais próximos... hum o nosso relacionamento está a ficar melhor*” (E1); “há mais cuidados de higiene e saúde” (E6).

Quanto à 2ª questão “Consideras que esta intervenção está a ser importante e a ajudar-te a resolver alguns problemas?”, todas as respostas foram positivas, tendo surgido as seguintes categorias: “problemas escolares”; “partilha de emoções e situações”; “melhor estruturação pessoal”. Como poderemos verificar nos testemunhos que se seguem o projeto ajudou muito nos problemas “*Da escola*” (E2); “*Nas tarefas da escola*” (E3). Os testemunhos parecem também indicar que o projeto contribuiu para um maior bem-estar “*Se acontecer algum problema ou assim, posso desabafar*”(E1) “*Se tiver alguma coisa grave vou ter consigo (...) E justificar sempre as coisas*”; “*Possibilidade de partilhar as emoções e todas as situações*” (E8); assim como refletir sobre o temperamento e comportamento “*A maneira de insultar que eu tenho... a minha organização*” (E5).

Quanto à 3ª questão, “Este projeto trouxe uma maior interação entre jovens e jovens e técnicos? Justifica a tua resposta”, todos responderam afirmativamente como comprovam os testemunhos dos jovens “*aprendemos a conviver mais uns com os outros, estamos mais próximos,*” (E1), “*relação mais próxima (...) falámos mais abertamente (...)*” (E4); “*Mais unidos*” (E5).

Quanto à questão nº4, “Do conjunto de atividades desenvolvidas, ao longo do projeto, na tua opinião, o que foi mais importante e educativo? os jovens foram mencionando “*aprender mais coisas*” (E3);

“*ser mais responsáveis ... saber partilhar*” (E4); “*ocupação dos tempos livres ... estudar*” (E2); “*ver e fazer coisas diferentes*” (E8).

Quanto às entrevistas realizadas aos profissionais, no que concerne à 1ª questão “Este projeto possibilitou mudanças de comportamentos, atitudes e conhecimentos nos jovens? os dois profissionais responderam afirmativamente. Na opinião de um dos responsáveis pelo grupo “*Este projeto promoveu novos conhecimentos aos jovens, os comportamentos também foram modificando conforme a “correção” e com o “modelamento” da (...) [estagiária]. Apesar do curto espaço de tempo de implementação do projeto, as atitudes que sofreram alterações, foram significativas*” (E1). Como refere o outro profissional “*Os jovens reagiram muito bem a este projeto, tendo este contribuído para a melhoria de conhecimentos através das atividades que foram feitas e de todo o acompanhamento que foi dado. Duma maneira geral os jovens tiveram uma reação positiva. Quanto ao comportamento, penso que houve algumas alterações*” (E2).

Quanto à 2ª questão, “Considera que este projeto foi importante para a melhoria de qualidade de vida dos jovens e das condições para a instituição?”, os questionados responderam “*Sim, definitivamente que sim (...)*” (E1); “*Penso que sim (...)*” (E2). Os dois profissionais partilham a perceção de que o projeto contribuiu para melhorar o funcionamento do LIJ “*(...) durante este projeto, os jovens sentiram que havia mais uma pessoa que colaborava com as suas necessidades e que estava presente no grupo*” (E2), “*Os jovens adquiriram novas posturas, muito mais calmos e controlados. A Instituição ficou privilegiada com o bom trabalho e empenho da estagiária*” (E1).

No que diz respeito à questão nº3 “Este projeto trouxe uma maior interação entre jovens e jovens e técnicos? Justifique a sua resposta”, as respostas evidenciam que “*Sim, o projeto (...) e a sua maneira de ser, estar e agir possibilitou uma ótima relação, tanto com os jovens, como com os restantes técnicos e funcionários. A (...) [estagiária] consolidou uma melhor relação com os jovens, pautada pelo respeito mútuo e amizade*” (E1); “*A nível geral houve uma boa interação entre todos, porque os jovens mostraram-se sempre interessados nas atividades e houve um grande empenho por parte de todos*” (E2).

Quanto à 4ª questão “Considera que o projeto contribuiu para promover e desenvolver o processo de autonomização que a instituição está a levar a cabo com os jovens? “*Claramente que sim, o projeto esboçado e implementado pela (...) [estagiária] estava enquadrado com o projeto Educativo da Instituição. Sendo que a sua linha de ação foi comedida sempre em torno do processo de autonomização, nunca desvalorizando as normas e regras já implementadas no LIJ*” (E1). Contudo foi mencionado o facto de que este objetivo é um objetivo a longo prazo como refere um dos profissionais “*De certa forma sim, embora este processo seja demorado e contínuo*” (E2).

Relativamente à questão nº5, “Como resultado desta intervenção, prevê outro tipo de intervenções/mudanças a realizar na instituição a curto ou longo prazo?” os profissionais afirmaram que “*Sem dúvida que sim. A continuidade do projeto Educativo do LIJ e do projeto da (...) [estagiária] foi só o início deste processo.*” (E1). Os testemunhos afirmam o sucesso do projeto, sinalizando no entanto a necessidade da sua continuação dado o processo de autonomização ser um processo complexo e moroso como refere um dos educadores “*Penso que é sempre vantajoso continuar com este tipo de projetos, embora esta Instituição esteja em fase de melhoria das instalações*” (E2).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa intervenção tinha como finalidade a promoção de autonomia em contexto institucional, proporcionando às crianças e jovens institucionalizados condições favorecedoras do seu desenvolvimento integral. Com vista a alcançar esta finalidade trabalhamos numa metodologia ativa e participativa, valorizando as experiências, vivências e conhecimentos dos jovens, implicando-os no seu processo de desenvolvimento, tornando-os assim protagonistas da (trans)formação das suas histórias de vida. Os resultados conseguidos na avaliação final corroboram a evolução positiva a que fomos assistindo ao longo do projeto. Como os dados referem o projeto contribuiu para um maior envolvimento dos jovens, para a criação de vínculos relacionais entre eles e para o melhoramento das relações interpessoais com profissionais e funcionários da instituição. Ao longo do tempo, fomos assistindo a mudanças de comportamento muito significativas que tiveram, também, resultados muito positivos a nível do aproveitamento escolar. Efetivamente, os jovens fizeram uma avaliação muito positiva da intervenção evidenciando que esta teve um impacto positivo no quotidiano das suas vidas, pelo aporte de novas experiências; aprendizagens; vinculação afetiva; comportamentos; atitudes e valores, que se traduziram na aquisição de competências a nível pessoal, social e profissional.

Os resultados obtidos, percecionados como positivos, quer pelos participantes, quer pelos profissionais revelaram, contudo, a necessidade da continuidade da intervenção, facto que não nos surpreendeu face à complexidade que encerra a finalidade traçada para o projeto. O processo de autonomização destes jovens está, ainda em curso, a duração curta do projeto, assim como as dificuldades inerentes à (trans)formação desejada, exigem a sua continuidade. Esta continuidade pressupõe, certamente, a aposta no processo de educação/formação iniciado, com vista a um aprofundamento de conhecimentos e competências ao nível de um desenvolvimento integral que possibilite a inserção sustentada destes jovens numa vida autónoma em termos pessoais e profissionais.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. (2009). *Para uma sociologia da infância: jogos de olhares, pistas para a investigação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ander-Egg, E. (1990). *Repensando la investigación-acción participativa*. México: Editorial El Ateneo.
- Ander-Egg, E. (2000). *Metodología y práctica de la animación sociocultural*. Madrid: Editorial CCS.
- Arnal, J., Del Rincón, D., Latorre, A. (1992). *Investigación educativa: fundamentos y metodologías*. Barcelona: Editorial Labor, S.A.
- Bardin, L. (2014). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bairrão, J. (1994). *A perspectiva ecológica na avaliação de crianças com necessidades educativas especiais e suas famílias: o caso de Intervenção precoce*. Inovação.
- Bodgan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação - Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Delgado, P. (2006). *Os direitos das crianças - da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção - Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Princípa.
- Sarmento, M. ; Pinto, M. (Org.) (1997). *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança - Universidade do Minho.
- Silva, S. (2008). Estratégias juvenis para «fintar» fragilidades: A construção da pertença a uma casa da juventude no Norte de Portugal. *Educação, Sociedade e Culturas*, 27, 27-49.
- Trilla, J. (1998), (Coord.). *Animação sociocultural. Teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Editorial Ariel.